

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

ACEF S.A.

31 de dezembro de 2018 e 2017
com Relatório do Auditor Independente

ACEF S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
ACEF S.A.
Franca - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ACEF S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da ACEF S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação e pós graduação). Os valores da receita são reconhecidos quando os serviços foram prestados, conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa 2.19. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita dentro do adequado período contábil associado à prestação do serviço. Em função da relevância dos valores envolvidos, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Analisamos a adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, considerando as datas efetivas da prestação dos serviços, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta às nossas expectativas;
- Realizamos testes para uma amostra de mensalidades provenientes de alunos FIES e a comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento, além da análise da regularidade dos contratos. Verificamos se as correspondentes receitas foram registradas no período adequado, tendo em vista a confirmação (aprovação) do financiamento pelo FNDE;
- Analisamos uma amostra dos relatórios auxiliares de faturamento e respectivas reconciliações com os registros contábeis;
- Efetuamos testes, para uma amostra, dos critérios de reconhecimento de receita referente aos serviços prestados próximo da data de encerramento do exercício social (“teste de corte da receita”);
- Efetuamos testes dos controles internos implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receitas, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastro de alunos, renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matrículas;

- Efetuamos testes e inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos;
- Realizamos, para uma amostra, testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados;
- Avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia e de suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio

Conforme descrito na nota explicativa 10, em 31 de dezembro de 2018 os ativos da Companhia e de suas controladas contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 221.493 mil. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Envolvermos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;
- Analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados;
- Efetuamos teste matemático das projeções de resultados;
- Efetuamos análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;

- Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliamos as divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado na nota explicativa 23. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 24.751 mil.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Analisamos o cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos;
- Com o auxílio de nossos especialistas em avaliação:
 - Analisamos, de uma forma geral, as projeções de resultados, elaborados pela administração da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos;
 - Analisamos a adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados;
 - Efetuamos teste matemático das projeções de resultados;
 - Analisamos a consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável.
- Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Com base em nossos procedimentos de auditoria, identificamos inconsistências no cálculo e no período em que os impostos diferidos ativos foram registrados indicando a necessidade de estorno parcial, o qual não foi registrado pela administração da Companhia, dos efeitos no resultado da Companhia e de suas controladas pelo reconhecimento inicial dos impostos diferidos ativos no exercício de 2018, uma vez que parte dos impostos diferidos ativos foram calculados tomando como base certas transações de anos anteriores que geraram base de cálculo para apuração de impostos diferidos ativos. Dada a imaterialidade dos montantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referido ajuste de auditoria não resultou em mudança na nossa estratégia de auditoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Combinação de negócios

Durante o exercício de 2018, a Companhia adquiriu o Grupo Veritas conforme descrito na nota explicativa 4. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Realizamos a leitura dos documentos relacionados à transação, tais como contratos e atas;
- Obtivemos as evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas;
- Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:
 - Analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;
 - Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; e

- Avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo.
- Efetuamos o recálculo da determinação do ágio por rentabilidade futura apurado nas combinações de negócios; e
- Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Como resultado de nossos procedimentos de auditoria relacionados às combinações de negócios, identificamos ajustes de auditoria indicando a necessidade de realocação de valores entre os ativos intangíveis identificados e o valor alocado como ágio por rentabilidade futura, os quais não foram ajustados pela Companhia. Dada a imaterialidade dos efeitos dessas realocações em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referidos ajustes de auditoria não resultaram em mudança em nossa estratégia de auditoria.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

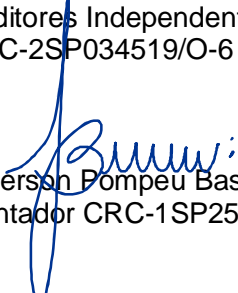


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

ACEF S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.132	26.687	28.473	39.612
Contas a receber	6	23.638	24.873	43.345	33.564
Tributos a recuperar		676	994	1.369	1.130
Outros créditos	7	1.394	972	8.269	9.045
Total do ativo circulante		33.840	53.526	81.456	83.351
Não circulante					
Contas a receber	6	17	92	2.730	92
Partes relacionadas	15	21.322	-	21.322	-
Depósitos judiciais		1.578	2.961	3.434	3.943
Outros créditos	7	1.659	-	26.144	19.600
Tributos diferidos	23	7.730	-	26.176	-
Investimentos	8	442.501	126.951	42	42
Imobilizado, líquido	9	13.631	14.857	77.930	63.021
Intangível, líquido	10	327	467	350.197	82.479
Total do ativo não circulante		488.765	145.328	507.975	169.177
Total do ativo		522.605	198.854	589.431	252.528

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos		1	187	101	287
Debêntures a pagar	11	29.249	24.159	29.249	24.159
Fornecedores		1.201	1.437	3.517	1.935
Obrigações com partes relacionadas	15	28.870	-	281	280
Obrigações trabalhistas	13	8.765	8.495	20.402	11.688
Obrigações tributárias	14	4.009	5.117	6.647	5.987
Adiantamento de clientes		1.646	2.460	5.318	5.698
Obrigações de arrendamento mercantil	12	-	-	1.282	1.282
Obrigações por aquisições de participações societárias	17	2.892	3.015	19.598	3.015
Receita diferida	18	-	-	842	842
Outras contas a pagar		7	-	114	-
Total do passivo circulante		76.640	44.870	87.351	55.173
Não circulante					
Debêntures a pagar	11	373.200	97.600	373.200	97.600
Obrigações tributárias	14	516	1.614	516	1.614
Provisão para demandas judiciais	16	6.462	6.341	8.664	8.056
Obrigações de arrendamento mercantil	12	-	-	27.096	28.658
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	18.472	5.000	25.516	5.000
Receita diferida	18	-	-	12.276	12.998
Impostos diferidos	23	143	-	1.425	-
Outras contas a pagar		-	-	6.215	-
Total do passivo não circulante		398.793	110.555	454.908	153.926
Patrimônio líquido					
Capital social	20	27.700	27.700	27.700	27.700
Reserva de capital	20	2.500	-	2.500	-
Reservas de lucros	20	16.972	15.729	16.972	15.729
Total do patrimônio líquido		47.172	43.429	47.172	43.429
Total do passivo e patrimônio líquido		522.605	198.854	589.431	252.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	24	235.959	211.129	409.374	290.947
Custo dos serviços prestados	25	(137.473)	(106.273)	(226.764)	(152.907)
Lucro bruto		98.486	104.856	182.610	138.040
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	25	(31.177)	(30.155)	(47.885)	(40.868)
Depreciação e amortização	25	(2.797)	(2.744)	(13.175)	(9.061)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	(11.081)	(9.213)	(19.409)	(13.479)
Resultado de equivalência patrimonial	8	41.361	12.112	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	25	473	(28.331)	916	(25.781)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		95.265	46.525	103.057	48.851
Receitas financeiras	26.1	1.630	1.408	4.575	1.950
Despesas financeiras	26.2	(40.553)	(20.814)	(48.030)	(23.576)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		56.342	27.119	59.602	27.225
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	(1.089)	(1.422)	(2.990)	(1.528)
Diferido	23	6.303	-	4.944	-
Lucro líquido do exercício		61.556	25.697	61.556	25.697
Média ponderada das ações no exercício	21	400.182	400.182		
Lucro básico e diluído por ação em reais	21	153,82	64,21		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	61.556	25.697	61.556	25.697
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	61.556	25.697	61.556	25.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros			Total		
		Capital social	Futuro aumento de capital	Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal		Total das reservas de lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016									
		22.000	-	-	14.734	3.012	17.746	-	39.746
Aumento de capital									
	20	5.700	-	-	(5.700)	-	(5.700)	-	-
Lucro líquido do exercício									
		-	-	-	-	-	-	25.697	25.697
Destinação do resultado do exercício									
	20	-	-	-	-	1.285	1.285	(1.285)	-
Constituição da reserva legal									
	20	-	-	-	-	-	-	(6.103)	(6.103)
Dividendos mínimos obrigatórios									
	20	-	-	-	-	-	-	(15.911)	(15.911)
Dividendos adicionais distribuídos									
	20	-	-	-	2.398	-	2.398	(2.398)	-
Retenção de lucros									
	20	27.700	-	-	11.432	4.297	15.729	-	43.429
Saldos em 31 de dezembro de 2017									
Adoção novas práticas IFRS 9 em 01 de janeiro de 2018									
	20	-	-	-	-	-	-	(3.556)	(3.556)
Lucro líquido do exercício									
		-	-	-	-	-	-	61.556	61.556
Destinação do resultado do exercício									
	20	-	-	-	-	1.243	1.243	(1.243)	-
Constituição da reserva legal									
	20	-	-	-	-	-	-	(15.078)	(15.078)
Dividendos mínimos obrigatórios									
	20	-	-	-	-	-	-	(41.679)	(41.679)
Dividendos adicionais distribuídos									
	20	-	2.500	2.500	-	-	-	-	2.500
Transfêrencia para reserva para futuro aumento de lucros									
	20	27.700	2.500	2.500	11.432	5.540	16.972	-	47.172
Saldos em 31 de dezembro de 2018									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.342	27.119	59.602	27.225
Resultado de equivalência patrimonial	(41.361)	(12.112)	-	-
Depreciação e amortização	2.795	2.744	13.175	9.061
Amortização do custo de captação	172	152	172	152
Encargos financeiros sobre financiamentos	-	472	-	687
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	1.261	(53)	2.437	(53)
Juros de debêntures	28.367	15.454	28.367	15.454
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	13	18	1.816	1.516
Provisão para demanda judicial	121	4.529	(6.193)	4.634
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	11.081	9.213	19.409	13.479
Baixa de imobilizado e intangível	-	25.961	203	25.399
Receita diferida venda de imóvel	-	-	(722)	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Mensalidades a receber	(13.560)	(11.357)	(23.306)	(18.740)
Tributos a recuperar	318	-	354	-
Depósitos judiciais	1.383	(2.279)	7.199	(2.378)
Outros créditos	(2.081)	(451)	(10.107)	(570)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(236)	185	102	(176)
Obrigações trabalhistas	270	(151)	2.131	409
Obrigações tributárias	(2.467)	(1.005)	(3.598)	(1.114)
Obrigações com parte relacionadas	-	-	1	280
Mensalidades antecipadas	(814)	2.351	(2.021)	5.589
Outras contas a pagar	7	-	5.054	-
	41.611	60.790	94.946	80.854
Imposto de renda e contribuição social pagos	(828)	(1.210)	(1.129)	(1.329)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	40.783	59.580	92.946	79.525
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	20.111	2.000	-	-
Obrigações por aquisições de participações societárias	-	(2.655)	-	(2.655)
Aquisição Grupo Veritas, líquido de caixa adquirido	(280.364)	-	(256.248)	-
Acréscimo no imobilizado	(1.292)	(3.346)	(8.133)	(9.897)
Acréscimo no intangível	(137)	(280)	(834)	(384)
Recebimento pela venda de ativo	-	-	4.819	1.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(261.682)	(4.281)	(260.396)	(11.936)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(56.757)	(22.014)	(56.757)	(22.014)
Empréstimos e financiamentos pagos	(186)	(890)	(186)	(1.140)
Captação de debêntures	298.951	-	298.951	-
Pagamento de encargos financeiros de debêntures	(46.800)	(15.724)	(46.800)	(15.724)
Pagamento de encargos financeiros de arrendamentos	-	-	(3.360)	(2.622)
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	(2.912)	-	(16.715)	-
Mútuos com partes relacionadas	7.548	-	(21.322)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.500	-	2.500	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	202.344	(38.628)	156.311	(41.500)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(18.555)	16.671	(11.139)	26.089
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	26.687	10.016	39.612	13.523
No fim do exercício	8.132	26.687	28.473	39.612
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(18.555)	16.671	(11.139)	26.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ACEF S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede na Av. Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 - Pq. Universitário - Franca - SP. A Companhia e sua controlada direta têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados.

Aquisições de controladas

- Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. (“CEUNSP”):

Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia concluiu as negociações da aquisição de 100% das quotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. (“CEUNSP”). O Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio possui atualmente 150 cursos, turnos e habilitações, sendo do Jardim da Infância à Pós-Graduação, na região de Itu e Salto.

- Veritas A Educacional A Participações S.A. (“Grupo Veritas”)

Em 2 de abril de 2018 a Companhia conclui a aquisição da totalidade das ações da Veritas Educacional A Participações S.A. detentoras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A. (Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG; Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha – FTSG), CESUCA – Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda (CESUCA – Faculdade Inedi), Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda, e Sociedade Educacional São Bento Ltda. (Faculdade da Serra Gaúcha de Bento Gonçalves). As Instituições adquiridas oferecem ensino superior desde 1999 e conta com dezenas de cursos de graduação, pós-graduação e extensão.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$5.895 principalmente em função da aquisição do Grupo Veritas em 2 de abril de 2018. A administração da Companhia entende, baseada em suas projeções, que suas operações para os próximos exercícios serão suficientes para continuarem gerando fluxo de caixa positivo e cumprir as obrigações contratuais e financeiras, incluindo aquelas com vencimentos em curto prazo. Adicionalmente, a Companhia conta com o acesso a recursos financeiros de seu acionista controlador, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., caso necessário, para fazer face aos seus compromissos de curto prazo.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na nota explicativa 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 1 de abril de 2019.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ACEF S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	31/12/2018	31/12/2017
Participação Direta			
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	Brasil	99,99%	99,99%
Veritas Educacional A Participações. S.A.	Brasil	99,98%	-
Participação Indireta			
Cesuca Complexo de Ensino Superior De Cachoerinha Ltda.	Brasil	99,99%	-
Sociedade Educacional São Bento Ltda.	Brasil	99,99%	-
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda.	Brasil	99,99%	-
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	Brasil	99,99%	-

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem exposto ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.

- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

Tributos diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

Para a Companhia e suas controladas, as regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. A partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas, passaram a recolher 0,65% de PIS e 4,00% de Cofins respectivamente decorrentes de receitas com aplicações financeiras.

Sob as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida emanesciente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debentures.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debentures contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registramos o ajuste.

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

2.9. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e/ou suas controladas irão obter as propriedades ao final do prazo do arrendamento.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Propriedade arrendamento mercantil	25 anos

- (a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.10. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e/ou suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia e/ou suas controladas obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

A Companhia possui um contrato de aluguel de imóvel, classificado como arrendamento mercantil financeiro em uma operação de venda e leaseback financeiro.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os arrendamentos mercantis financeiros são aqueles em que a arrendadora transfere substancialmente riscos e benefícios inerentes a propriedade a arrendatária, o recebível é então reconhecido pelo menor valor entre o valor justo e valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros referentes ao arrendamento financeiro são reconhecidos na demonstração de resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual. Os juros decorrentes do arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o seu período de vigência contratual.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marca	25 anos
Relacionamento com clientes	9 anos
Cláusula de não-competição	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Carteira de alunos	5 anos
Licenças MEC	Indefinida
Software	5 anos

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 30 de setembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.14. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.15. Adiantamento de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47 (Contratos com clientes).

2.16. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.17. Informação por segmento

A Companhia e/ou suas controladas estão organizadas em um único segmento operacional. Os cursos oferecidos, seus campus e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes.

2.18. Receita diferida

A receita diferida refere-se a ganho registrado pela controlada CEUNSP pela venda de um imóvel. Esta receita diferida será apropriado ao resultado pelo prazo contratual de 20 anos, vide nota explicativa nº 18.

2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Receita de contratos com Clientes (IFRS 15/CPC47)

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e/ou suas controladas esperam ter direito em troca destes bens ou serviços.

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Venda de produtos

A receita de venda de livros e apostilas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos na adoção inicial dessa norma.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa da IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que a IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2018 e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma. Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais consolidados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2018, afetados pela nova norma:

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Demonstrações financeiras divulgadas em 31/12/2017	Impactos referente a adoção inicial do IFRS 9 / CP48	Demonstrações financeiras em 01/01/2018
Ativo circulante	83.351	(5.388)	77.963
Caixa e equivalentes de caixa	39.612	-	39.612
Contas a receber	33.564	(5.388)	28.176
Tributos a recuperar	1.130	-	1.130
Outros créditos	9.045	-	9.045
Ativo não circulante	169.177	1.832	171.009
Total do ativo	252.528	(3.556)	248.972
Passivo circulante	55.173	-	55.173
Passivo não circulante	153.926	-	153.926
Patrimônio líquido	43.429	(3.556)	39.873
Total do passivo	252.528	(3.556)	248.972

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9 mencionados acima e devido a natureza não garantia dos seus recebíveis, a provisão para devedores duvidosos aumentou R\$3.556 em decorrência da aplicação da perda esperada de crédito.

3. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/(CPC - 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e suas interpretações. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo da nova norma determinados contratos de pequenos montantes.

A Companhia irá adotar nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado, calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas como permitido pela norma. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamento operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato, de acordo com sua competência.

A Companhia com base nas avaliações preliminares entende que os principais contratos que serão impactados pela nova norma estão relacionados aos arrendamentos de imóveis locados de terceiros, com prazos superiores a 12 meses, mas até o momento do encerramento das demonstrações financeiras, estava em processo de análise dos demais contratos e do critério de transição para adotar a implantação da norma.

ICPC22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor, é possível que a Companhia necessite estabelecer processos e procedimentos para obter as informações necessárias para a aplicação da Interpretação em tempo hábil.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia e/ou suas controladas utilizam seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia e/ou suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Conforme descrito na nota 2.19, a partir de 1º de janeiro de 2018 a Provisão para créditos de liquidação duvidosa passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9 – CPC 48. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para devedores duvidosos com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

4. Combinação de negócios

4.1. Grupo Veritas

a) Aquisição

Em 2 de abril de 2018 a ACEF S.A. concretizou a aquisição da totalidade das ações da Veritas Educacional A Participações S.A. detentoras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A. (Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG; Faculdade de Tecnologia da Serra Guaúcha – FTSG), CESUCA – Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda (CESUCA – Faculdade Inedi), Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda, e Sociedade Educacional São Bento Ltda. (Faculdade da Serra Gaúcha de Bento Gonçalves). Em 06 de março de 2018, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

O preço pago é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Valor desembolsado na data da aquisição	292.541
Ajuste de preço – capital de giro	<u>2.823</u>
Total da contraprestação	<u>295.364</u>

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

b) Alocação do valor justo

A Administração da Companhia realizou estudos para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição do Grupo Veritas, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição é apresentado a seguir:

Descrição	R\$
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	24.116
Contas a receber	13.927
Tributos diferidos	17.977
Outros ativos	7.763
Imobilizado, líquido	14.549
Intangíveis	
Carteira de Clientes Santa Rita	9.135
Carteira de Clientes Cesuca	800
Marca Santa Rita	32.268
Credenciamento e Licenças de Operação MEC Santa Rita	60.531
Credenciamento e Licenças de Operação MEC Cesuca	11.284
Outros intangíveis	219
	192.569
Passivo	
Fornecedores	(1.480)
Obrigações trabalhistas	(7.115)
Obrigações por aquisição de participações societárias	(36.377)
Provisão para Demanda Judiciais	(6.801)
Outros passivos	(3.707)
	(55.480)
Total de ativos identificáveis líquidos	137.089
Ágio	158.275
Total da contraprestação	295.364

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios --continuação

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>R\$</u>	<u>Método</u>	<u>Prazo esperado de amortização</u>
Carteira de alunos Cesuca	800	Método de "rendimentos excedentes c/TAB"	5 anos
Carteira de alunos Santa Rita	9.135	Método de "rendimentos excedentes c/TAB"	5 anos
Marca Santa Rita	32.268	Método "Comparativo de mercado (avaliação múltipla)	Indefinido
Credenciamento e Licenças de operação MEC Santa Rita	60.531	Método de "com e sem"	Indefinido
Credenciamento e Licenças de operação MEC Cesuca	11.284	Método de "com e sem"	Indefinido

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquida na aquisição do Grupo Veritas

	<u>Abri/2018</u>
Preço de aquisição pago em caixa	295.364
Parcela retida (i)	(15.000)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(24.116)
Desembolso líquido de caixa	<u>256.248</u>

(i) Parcela de R\$15.000 a ser ajustada pela variação do CDI que será paga após o 4.o aniversário da data de fechamento da transação.

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelo Grupo Veritas e suas controladas, a partir de abril de 2018, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 02 de abril de 2018.

Desde a data de aquisição, o Grupo Veritas contribuiu com uma receita líquida de R\$88.001 e lucro líquido de R\$26.147. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$115.616 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 34.423.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$1.532, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da Veritas com suas respectivas controladas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	15	1	42	1
Equivalentes de caixa	8.117	26.686	28.431	39.611
Total	8.132	26.687	28.473	39.612

Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mensalidades	(a)	52.330	42.561	92.460	58.880
Crédito universitário	(b)	6.712	5.406	17.944	5.388
Acordos em andamento	(c)	3.179	2.534	12.957	3.912
Outras contas a receber		1.840	1.796	4.455	3.477
Subtotal		64.061	52.297	127.816	71.657
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(40.375)	(27.314)	(81.705)	(37.983)
Ajuste a valor presente		(31)	(18)	(36)	(18)
Total		23.655	24.965	46.075	33.656
Circulante		23.638	24.873	43.345	33.564
Não circulante		17	92	2.730	92

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.

(b) Compreende as mensalidades a receber que foram objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Controladora e sua controlada.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas n.º 21 e n.º 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

CREDUCSUL - É um Programa de Crédito Educativo da Companhia e suas controladas, destinado aos estudantes para financiamento de até 50% do valor da mensalidade do curso, sem juros (apenas a correção de acordo com o reajuste da mensalidade do curso), nem taxa de administração, uma vez que a matrícula é isenta. O pagamento das parcelas em aberto, ocorre nos meses subsequentes à formatura. O saldo dessas mensalidades em aberto vence automaticamente se o aluno evadir ao longo do curso.

- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito.

A Companhia e sua controlada constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. Em decorrência da adoção inicial do IFRS 9/ CPC 48 em 01 de janeiro de 2018, a Companhia e suas controladas constituem provisão na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2018	%	31/12/2017	%
A vencer				
Crédito universitário	6.712	10%	5.406	10%
Mensalidades a receber	146	0%	-	0%
Acordos em andamento	816	1%	1.019	2%
Outras contas a receber	1.840	3%	1.796	3%
Vencidos				
Até 180 dias	17.704	28%	16.762	32%
Acima de 180 dias	36.843	58%	27.314	52%
Total	64.061	100%	52.297	100%

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber--continuação

	Consolidado			
	31/12/2018	%	31/12/2017	%
A vencer				
Crédito universitário	17.944	14%	5.388	8%
Mensalidades a receber	146	0%		0%
Acordos em andamento	12.957	10%	1.407	2%
Outras contas a receber	4.455	3%	3.259	5%
Vencidos				
Até 180 dias	41.888	33%	23.620	33%
Acima de 180 dias	50.426	39%	37.983	53%
Total	127.816	100%	71.657	100%

7. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de venda de imóvel (a)	-	-	19.845	24.500
Adiantamentos a funcionários	511	166	3.131	1.835
Adiantamento a fornecedores	186		624	
Garantia prov. p/ contingências (b)	-	-	6.613	-
Outros créditos	2.356	806	4.200	2.310
Total	3.053	972	34.413	28.645
Circulante	1.394	972	8.269	9.045
Não circulante	1.659	-	26.144	19.600

(a) Refere-se a compromisso de compra e venda celebrado em 20 de março de 2017 pela controlada direta Ceunsp com Motriz Participações Ltda. Os valores a custo do imóvel e mais valia foram baixados e reconhecidos de acordo com os critérios de reconhecimento inicial de que tratam o CPC 06.

(b) Conforme o contrato de compra e venda das controladas Santa Rita e Cesuca, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsado os valores a Companhia e suas controladas.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

b) Movimentação de Investimentos

	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	126.951
Aquisição de controlada – Grupo Veritas	295.364
Equivalência patrimonial (a)	41.361
Adoção inicial das novas práticas IFRS 9	(1.064)
Distribuição de dividendos	(20.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	442.501

(a) A diferença entre a proporção do lucro líquido das investidas com base na participação societária e o resultado de equivalência patrimonial refere-se à amortização da mais valia dos ativos intangíveis (combinação de negócios).

c) Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada do exercício de 2018:

	CEUNSP	Grupo Veritas
% de Participação	99,99%	99,99%
Ativo circulante	29.825	27.490
Ativo não circulante	68.081	65.102
Total do ativo	97.906	92.592
Passivo circulante	10.301	29.457
Passivo não circulante	43.371	13.917
Patrimônio líquido	44.234	49.218
Total do passivo e patrimônio líquido	97.906	92.592
Receita líquida	79.817	88.001
Custo dos serviços prestados	(47.588)	(44.305)
Despesas operacionais, líquidas	(13.951)	(16.582)
Despesas financeiras, líquidas	(2.220)	(189)
Imposto de renda e contribuição social	(106)	(777)
Lucro líquido do exercício	15.952	26.147

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

A demonstração da movimentação imobilizado nos exercícios de 2018 e 2017 é a seguinte:

a) Controladora

Custo	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/12/2018
Acervo bibliográfico	7.072	259	-	-	7.331	77	7.408
Equipamentos de informática	5.256	524	(101)	-	5.679	90	5.769
Máquinas e equipamentos	8.427	1.137	(20)	-	9.544	283	9.827
Móveis e utensílios	3.360	256	(24)	-	3.592	420	4.012
Instalações	694	-	-	-	694	422	1.116
Benefitorias	1.868	-	-	1.355	3.223	-	3.223
Outras imobilizações	2.924	1.170	-	(1.355)	2.739	-	2.739
Sub-total	29.601	3.346	(145)		32.802	1.292	34.094
Depreciação							
Acervo bibliográfico	(3.385)	(573)	-	-	(3.958)	(558)	(4.516)
Equipamentos de informática	(3.563)	(654)	80	-	(4.137)	(650)	(4.787)
Máquinas e equipamentos	(4.898)	(591)	13	-	(5.476)	(621)	(6.097)
Móveis e utensílios	(2.134)	(173)	21	-	(2.286)	(194)	(2.480)
Instalações	(639)	(15)	-	-	(654)	(12)	(666)
Benefitorias	(341)	(260)	-	-	(601)	(322)	(923)
Outras imobilizações	(675)	(158)	-	-	(833)	(161)	(994)
Sub-total	(15.635)	(2.424)	114	-	(17.945)	(2.518)	(20.463)
	13.966	922	(31)	-	14.857	(1.226)	13.631

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Custo	Saldos em 31/12/2016			Tranfs.	Saldos em 31/12/2017			Cominação de Negócios	Saldos em 31/12/2018
	Adições	Baixas			Adições	Baixas			
Terrenos	14.452	-	(14.452)	-	-	-	-	-	-
Prédios	15.786	-	(15.786)	-	-	-	-	-	-
Acervo bibliográfico	7.976	698	-	-	8.674	(1)	2.072	11.041	11.041
Equipamentos de informática	9.556	1.768	(121)	-	11.203	(367)	1.000	13.283	13.283
Máquinas e equipamentos	10.519	1.725	(22)	-	12.222	(190)	3.822	17.575	17.575
Móveis e utensílios	8.427	950	(35)	-	9.342	(85)	2.065	12.234	12.234
Instalações	719	44	-	-	763	(18)	570	1.471	1.471
Benefitorias em propriedades de terceiros	1.868	-	-	2.735	4.603	(509)	5.020	31.064	31.064
Direito em Uso	-	31.064	-	-	31.064	-	-	8.928	8.928
Outras imobilizações	5.368	4.712	-	(2.735)	7.345	(37)	-	-	-
Subtotal	74.671	40.961	(30.416)		85.216	(1.207)	14.549	106.691	106.691

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Combinação Saldos em de Negócios 31/12/2018
Depreciação							
Terrenos	(790)	(145)	935	-	-	-	-
Prédios	(3.541)	(756)	-	(4.297)	(1.108)	1	(5.404)
Acervo bibliográfico	(4.233)	(1.571)	80	(5.724)	(1.983)	367	(7.340)
Equipamentos de informática	(5.071)	(818)	13	(5.876)	(1.375)	157	(7.094)
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(729)	22	(3.327)	(1.065)	80	(4.312)
Móveis e utensílios	(640)	(20)	-	(660)	(90)	10	(740)
Instalações	(342)	(336)	-	(678)	(970)	352	(1.296)
Benefitorias em propriedades de terceiros	(765)	(557)	-	(1.076)	(237)	-	(1.299)
Direito de uso	(765)	(311)	-	(1.076)	(237)	-	(1.276)
Outras imobilizações						37	
Subtotal	(18.002)	(5.243)	1.050	(22.195)	(7.570)	1.004	- (28.761)
Total	56.669	35.718	(29.366)	63.021	563	(203)	14.549 77.930

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a deterioração de ativos ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não haviam indicadores de impairment sobre os ativos imobilizados.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

a) Consolidado

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2017	Adições	Combinação de negócios	Amortização	Saldos em 31/12/2018
Software	846	454	-	(557)	743	811	-	(852)	702
Ágio de combinação de negócios	70.981	-	(7.763)	-	63.218	-	158.275	-	221.493
Marca	10.377	-	-	(410)	9.967	-	32.268	(410)	41.825
Relacionamento com cliente	4.865	-	-	(1.217)	3.648	-	9.935	(2.707)	10.876
Cláusula de não concorrência	6.537	-	-	(1.634)	4.903	-	-	(1.634)	3.269
Licenças MEC	-	-	-	-	-	-	71.815	-	71.815
Outros	-	-	-	-	-	-	219	(2)	217
	93.606	454	(7.763)	(3.818)	82.479	811	272.512	(5.605)	350.197

Os ativos classificados como "Software" correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e sua controlada, sua taxa de amortização é fixada em 10% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência perpétua e 100% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência de 12 meses.

O ágio gerado na aquisição é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

A parcela do ágio não alocada foi identificada através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente será submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

A Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) cada entidade existente, conforme disposto no item 5, do CPC 01.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados (2017 e 2016)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto, e ganho de margem anual pelo período de 5 anos, conforme abaixo:

<u>Ágio na aquisição de participações</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2018</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2017</u>
CEUNSP	8,5%	63.218	14.4%	63.218
Grupo Veritas	8,5%	158.275	-	-

Taxa de desconto

A taxa de desconto da unidade geradora de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGC e na média ponderada do custo de capital da Companhia.

Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa da UGC. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

Crescimento do EBITDA projetado

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foram baseados na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento de receita através de inserção de novos produtos e serviços, reposicionamento de preços e captação de alunos advindos de novas praças;
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campus adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade das premissas

A Administração identificou duas premissas principais, que são números de alunos e reajuste de mensalidades, para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de 3,0% e ganhos de margem anuais de 0,8%, principalmente pela consideração da unidade adquirida na sua fase pré-operacional ou com baixo volume de alunos, as taxas de crescimento de receita satisfazem o valor estipulado, uma vez que a base inicial de alunos é baixa se comparado a maturação.

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que a UGC quando adquirida não apresenta gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontando, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Foi considerado uma taxa de desconto de 14,0% a.a. para um período de projeção de 5 anos e 3 meses a partir da data-base, com perpetuidade.

Foram consideradas as informações gerenciais fornecidas pela administração:

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Quantidade de alunos: Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de 3,0% a.a.;
- b) Mensalidade: considerou-se o preço verificado nas demonstrações gerenciais na data-base da avaliação corrigido pela inflação IPCA por todo o período projetivo;
- c) Foi considerado um crescimento gradual do número de alunos até atingir o mesmo número observado no primeiro cenário ao final do período de projeção;
- d) Por conta da licença não ter vencimento e gerar benefícios futuros, considerou-se uma vida útil indefinida.

11. Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
1ª Emissão - Debêntures – ACEF	(a) Taxa CDI + 2,85% a.a.	97.548	121.759	97.548	121.759
2ª Emissão – Debêntures - ACEF	(b) Taxa CDI + 1,60% a.a.	304.901	-	304.901	-
		402.449	121.759	402.449	121.759
Circulante		29.249	24.159	29.249	24.159
Não circulante		373.200	97.600	373.200	97.600

- a) Em 19 de abril de 2016, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado “Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Serie Única, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos” de emissão da ACEF S.A., no valor de R\$122.000, por meio da emissão de 122 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000 (“Valor Nominal Unitário”) em 09 de maio de 2016 (Data de Emissão). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 67 meses e 13 dias contados a partir da data de emissão, com vencimento em 22 de dezembro de 2021. O valor nominal unitário será amortizado em 8 parcelas semestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 22 de junho e de dezembro, a partir de 22 de junho de 2018, sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 7ª, a razão de 10% do valor nominal unitário, e a 8ª parcela a razão do saldo do valor nominal unitário, totalizando assim 100% de amortização do valor nominal. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e *juros de 2.85% a.a.*

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, o resultado da relação entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA da Controladora não poderá ser superior a 3x. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a controladora atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio LTDA., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária da totalidade das quotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio LTDA; (iii) alienação fiduciária do imóvel da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio LTDA localizado na cidade de Salto, Estado de São Paulo, e registrado soa a matrícula no 32.877, do Cartório do Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Salto; e (iv) fiança de sua controladora, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

- b) Em 17 de setembro de 2018, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado o “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição” de emissão da ACEF S.A., no valor de R\$300.000, por meio da emissão de 3.000 debêntures, com valor unitário de R\$1.000 (“Valor Nominal Unitário”) em 24 de setembro de 2018 (Data de Emissão). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 78 meses a partir da data de emissão, com vencimento em 24 de março de 2025. O valor nominal unitário será amortizado em 10 parcelas semestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 24 de março e de setembro, a partir de 24 de março de 2019, sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 9ª, a razão de 7,7800% do valor nominal unitário, e a 10ª parcela a razão de 30,0000% totalizando assim 100% de amortização do valor nominal. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1.60% a.a.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, o resultado da relação entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA da Fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., não poderá ser superior a 3x. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a fiadora atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) eventual fração, se houver necessidade de completo do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (iii) alienação fiduciária das ações da Santa Rita e Veritas; (iv) alienação fiduciária das quotas da Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (v) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

Em 31 de dezembro de 2018, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado
2020	47.680
2021	95.480
2022	46.680
Acima de 2022	183.360
Total	373.200

12. Obrigações de arrendamento mercantil

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	1.282	3.360	1.282	2.623
Entre um ano e cinco anos	61.556	25.018	64.616	27.317
Total arrendamento mercantil	62.838	28.378	65.898	29.940
Encargos financeiros (i)	(34.460)	-	(35.958)	-
Valor presente	28.378	28.378	29.940	29.940
Circulante	1.282	-	1.282	-
Não circulante	27.096	28.378	28.658	29.940

- (i) Durante o exercício de 2018 foi apropriado ao resultado do exercício como resultado financeiro o montante de R\$1.798, a descrição da operação foi detalhada na nota explicativa 19.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	3.069	2.840	6.496	4.199
Provisão para férias e encargos	4.354	2.781	10.373	3.422
FGTS a recolher	158	518	453	740
INSS a recolher	1.184	1.364	2.827	2.309
Outras obrigações	-	992	253	1.018
Total	8.765	8.495	20.402	11.688

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRRF a recolher	639	1.485	1.827	2.027
Impostos retidos	55	83	296	203
ISS a recolher	1.303	1.244	1.824	1.385
IRPJ e CSLL	181	438	745	459
PIS e COFINS a recolher	531	254	652	300
REFIS (a)	-	2.894	-	2.894
Parcelamentos (b)	1.818	333	1.818	333
Total	4.527	6.731	7.162	7.601
Circulante	4.009	5.117	6.647	5.987
Não circulante	516	1.614	516	1.614

- a) Parcelamento Federal - REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, possibilitando o parcelamento de todos os débitos Federais em todas as esperas, vencidos até 2008, caso débitos em discussão judicial obrigatória desistência para adesão. As reduções com percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A consolidação de iniciativa da Receita Federal do Brasil ocorreu em 2011. A Companhia aderiu ao parcelamento em 2009, optando por 180 parcelas.
- b) Parcelamento Município de Franca - PPI: Lei Complementar 116 de 22 de maio de 2007, possibilitando parcelamentos de débitos tributários em qualquer esfera Municipal, incorrendo atualização monetária, multa e juros de mora. A Companhia aderiu ao parcelamento em 2009, com a opção em 120 parcelas.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas

Controladora

	31/12/2018	
	Ativo não Circulante	Passivo Circulante
Com controladas		
CEUNSP (a)	-	8.390
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.(a)	21.322	-
	21.322	8.390
Outras partes relacionadas		
CESUCA (a)	-	6.708
Santa Tereza (a)	-	3.755
Santa Rita (a)	-	10.017
	-	
	-	20.480
	21.322	28.870

Consolidado

	31/12/2018			31/12/2017	
	Ativo não Circulante	Passivo Circulante	Resultado	Passivo Circulante	Resultado
Com controladas					
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.(a)	21.322	-	-	-	-
Outras partes relacionadas					
Motriz Participações Ltda. (b)	-	281	(3.365)	280	(2.623)
	21.322	281	(3.365)	280	(2.623)

- a) Os contratos de mútuo entre Controladora e Controladas não tem juros pré-definidos e nem vencimento definido;
b) Refere-se a aluguel que a Ceunsp paga para Motriz Participações Ltda.
c) A Controlada CEUNSP celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda, o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme nota explicativa nº 19.

16. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos cíveis	942	858	1.160	960
Processos trabalhistas	5.519	5.483	7.504	7.096
Total	6.462	6.341	8.664	8.056

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrita abaixo:

	Controladora		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	226	1.586	1.812
Adições / (Reversões)	632	3.897	4.529
Saldos em 31 de dezembro de 2017	858	5.483	6.341
Adições / (Reversões)	84	37	121
Saldos em 31 de dezembro de 2018	942	5.520	6.462

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributário	Reclassificação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	231	3.191	-	-	3.422
Adições / (Reversões)	729	3.905	-	-	4.634
Saldos em 31 de dezembro de 2017	960	7.096	-	-	8.056
Adições / (Reversões)	161	213	-	-	374
Reclassificação para outras contas a pagar	-	-	-	(6.567)	(6.567)
Combinação de negócios	39	195	6.567	-	6.801
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.160	7.504	6.567	(6.567)	8.664

Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$1.160 em 31 de dezembro de 2018 (R\$960 em 31 de dezembro de 2017).

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

Dentre vários processos cíveis com risco de perda provável podemos destacar:

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para demandas judiciais--continuação

O Polo Campinas - Serviços Educacionais LTDA - EPP ajuizou ação de Rescisão Contratual c/c Indenização por Perdas e Danos em 2016 contra a Controladora, pleiteando ressarcimento dos investimentos, indenização e lucros cessantes pela rescisão da parceria para ofertar cursos a distância. Foi estimado e provisionado o valor total de R\$786 para suportar perdas nesse processo.

Processos trabalhistas com perda provável

Os principais processos trabalhistas são referentes a horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo interjornada e interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de professores e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$7.504 em 31 de dezembro de 2018 (R\$7.096 em 31 de dezembro de 2017).

Ressarcimento para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Parte dos processos da Companhia referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Companhia, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R\$14.000, da mesma forma, a Companhia e suas subsidiárias possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da Companhia, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Parte dos processos da controlada CEUNSP referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Controladora, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas subsidiárias possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser reembolsadas ou compensadas com retenção de pagamentos advindos do preço de aquisição ou de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários do CEUNSP, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

A maioria dos processos das controladas Veritas, Santa Rita e Cesuca, referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários das adquiridas, anteriores à aquisição pela Controladora, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Periodicamente as perdas definitivas nesses processos, são apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.Provisão para demandas judiciais--continuação

Processos com perda possível

A Companhia e sua controlada possui os seguintes processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos cíveis	2.263	1.418	2.472	1.601
Processos tributários	15.626	13.888	15.627	13.889
Processos trabalhistas	1.282	1.347	3.049	3.460
Total	19.171	16.653	21.148	18.950

Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$2.472 (R\$1.601 em 31 de dezembro de 2017).

Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$3.049 em 31 de dezembro de 2018 (R\$3.460 em 31 de dezembro de 2017).

Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$15.627 em 31 de dezembro de 2018 (R\$13.889 em 31 de dezembro de 2017).

Dentre os principais processos podemos destacar:

Há certos processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a Companhia discutindo principalmente verbas que integram base de cálculo para recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando risco possível avaliado em R\$15.476. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Companhia por sua controladora atual, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações por aquisições de participações societárias

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31/12/2016	10.723	10.723
(+) Juros	(53)	(53)
(-) Pagamento	(2.655)	(2.655)
Saldos em 31/12/2017	8.015	8.015
(+) Aquisição (Captação)	15.000	15.000
Combinação de Negócios	-	36.377
(+) Juros	1.261	2.438
(-) Pagamento	(2.912)	(16.716)
Saldos em 31/12/2018	21.364	45.114
Circulante	2.892	19.598
Não Circulante	18.472	25.516

18. Receita diferida

Saldos em 31/12/2016	<u>-</u>
(+) receita diferida com venda de imóvel	14.442
(-) Apropriação	(602)
Saldos em 31/12/2017	13.840
(+) receita diferida com venda de imóvel	(722)
(-) Apropriação	
Saldos em 31/12/2018	13.118
Passivo Circulante	842
Passivo não Circulante	12.276

Propriedade de arrendamento mercantil

A controlada Ceunsp celebrou em 20 de março de 2017 o compromisso de venda e compra de bem imóvel com Motriz Participações Ltda, em seguida realizou o arrendamento do imóvel, no mesmo dia em 20 de março de 2017, essa operação foi tratada com o conceito de que trata o CPC 06, "sendo o contrato de arrendamento realizado com o prazo de vinte anos.

O valor da venda foi de R\$25.500 com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulados em contrato. O ganho de capital com o arrendamento foi de R\$14.442, sendo esta receita em receita diferida contabilizada em receitas diferidas, para apropriações mensais durante 20 anos.

Em ato contínuo foi celebrado o contrato entre de arrendamento mercantil, cujo objeto foi a contratação do direito de utilização da propriedade em poder da Motriz Participações Ltda., para utilização em sua atividade operacional, pelo prazo de 20 anos, no valor de R\$67.023, a ser pago em 240 parcelas, ajustado pelo IGPM.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Mudanças nos passivos

Controladora							
31 de dezembro de 2018							
	Em 1º de janeiro de 2018	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Combinação de negócios	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2018
Debêntures a pagar circulante	24.159	(46.800)	28.539	298.951	-	(275.600)	29.249
Debêntures a pagar não circulante	97.600	-	-	-	-	275.600	373.200
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	3.015	(2.912)	1.261	15.000	-	(13.472)	2.892
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	5.000	-	-	-	-	13.472	18.472
Total	129.774	(49.712)	29.800	313.951	-	-	423.813

Consolidado							
31 de dezembro de 2018							
	Em 1º de janeiro de 2018	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações (*)	Combinação de negócios	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2018
Debêntures a pagar circulante	24.159	(46.800)	28.539	298.951	-	(275.600)	29.249
Debêntures a pagar não circulante	97.600	-	-	-	-	275.600	373.200
Obrigações de arrendamento mercantil circulante	1.282	(3.360)	1.798	-	-	1.562	1.282
Obrigações de arrendamento mercantil não circulante	28.658	-	-	-	-	(1.562)	27.096
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	3.015	(16.716)	2.438	15.000	36.377	(20.516)	19.598
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	5.000	-	-	-	-	20.516	25.516
Total	159.714	(66.876)	32.775	313.951	36.377	-	475.941

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Mudanças nos passivos--continuação

	Controladora					
	31 de dezembro de 2017					
	Em 1º de janeiro de 2017	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos circulante	493	(890)	472	-	112	187
Empréstimos e financiamentos não circulante	112	-	-	-	(112)	-
Debêntures a pagar circulante	355	(15.724)	15.606	-	23.922	24.159
Debêntures a pagar não circulante	121.522	-	-	-	(23.922)	97.600
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	3.223	(2.655)	(53)	-	2.500	3.015
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	7.500	-	-	-	(2.500)	5.000
Total	133.205	(19.269)	16.025	-	-	129.961

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2017					
	Em 1º de janeiro de 2017	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações (*)	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos circulante	628	(1.140)	687	-	112	287
Empréstimos e financiamentos não circulante	112	-	-	-	(112)	-
Debêntures a pagar circulante	355	(15.724)	15.606	-	23.922	24.159
Debêntures a pagar não circulante	121.522	-	-	-	(23.922)	97.600
Obrigações de arrendamento mercantil circulante	-	(2.622)	1.498	2.406	-	1.282
Obrigações de arrendamento mercantil não circulante	-	-	-	28.658	-	28.658
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	3.223	(2.655)	(53)	-	2.500	3.015
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	7.500	-	-	-	(2.500)	5.000
Total	133.340	(22.141)	17.738	31.064	-	160.001

(*) Efeito não caixa

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia era de R\$27.700 (R\$27.700 em 31 de dezembro de 2017), composto por 400.182 (400.182 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2018		31/12/2017	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	100,00%	400.181	100,00%	400.181
Acionistas Pessoa Física	0,00%	1	0,00%	1
	100%	400.182	100%	400.182

Em 23 de março de 2017, houve aumento de capital de R\$5.700, através da reserva de lucros, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 400.182 ações.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da lei das sociedades por ação.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, "o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos".

Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

O demonstrativo e a movimentação dos dividendos são conforme segue:

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--continuação

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	<u>61.556</u>	25.697
Base para reserva legal	<u>61.556</u>	<u>25.697</u>
Constituição para reserva legal (i)	<u>(1.243)</u>	<u>(1.285)</u>
Base para dividendo mínimo obrigatório	<u>60.313</u>	24.412
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>15.078</u>	6.103
Dividendos adicionais	<u>41.679</u>	15.911

(i) A Administração da Companhia destinou parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal até o montante equivalente a 20% do capital social.

21. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

<u>Lucro por ação (básico e diluído)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	<u>61.556</u>	25.697
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação	<u>400.182</u>	400.182
Lucro por ação em R\$	<u>153,82</u>	64,21

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

22. 1. Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou sua controlada as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou sua controlada apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos a pagar e aplicações financeiras.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre debêntures estão mencionadas nas notas explicativas 11, respectivamente.

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e sua controlada são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2018, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2018:

Cenário em 31 de dezembro de 2018 (Controladora):

Operação	Risco	Taxa	31/12/2018	Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 6,42%)	8.132	8.654	8.524	8.393
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 6,42%)	402.449	428.290	434.750	441.210

Cenário em 31 de dezembro de 2018 (Consolidado):

Operação	Risco	Taxa	31/12/2018	Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 6,42%)	28.473	30.301	29.844	29.387
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 6,42%)	101	107	109	111
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 6,42%)	402.449	428.290	434.750	441.210
Obrigações de arrendamento mercantil	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGP-M)	(IGP-M 7,55%)	28.378	30.541	31.057	31.592

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

22.1. Instrumentos financeiros--continuação

Risco cambial

A exposição da Companhia e/ou suas controladas ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente a empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro líquido da Companhia e/ou suas controladas em função dos empréstimos contratados em moeda estrangeira. Para gerenciar este risco, a Companhia e/ou suas controladas utilizam contratos de swaps.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

22.1. Instrumentos financeiros—continuação

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e sua controlada têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Passivos financeiros	31/12/2017							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	187	-	-	187	287	-	-	287
Debêntures a pagar	24.159	48.800	48.800	121.759	24.159	48.800	48.800	121.759
Fornecedores	1.437	-	-	1.437	1.935	-	-	1.935
Obrigações tributárias	5.117	1.614	-	6.731	5.987	1.614	-	7.601
Obrigações por aquisição de participação societária	3.015	2.500	2.500	8.015	3.015	2.500	2.500	8.015
Obrigações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	1.282	1.562	27.096	29.940
Total	33.915	52.914	51.300	138.129	36.665	54.476	78.396	169.537

Passivos financeiros	31/12/2018							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Debêntures a pagar	29.249	143.160	230.040	402.449	29.249	143.160	230.040	402.449
Fornecedores	1.201	-	-	1.201	3.519	-	-	3.519
Obrigações tributárias	4.009	516	-	4.525	6.647	516	-	7.163
Obrigações por aquisição de participação societária	2.892	2.892	15.580	21.364	19.598	7.936	17.580	45.114
Total	37.351	146.568	245.620	429.539	59.013	151.612	247.620	458.245

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	101	287
Debêntures a pagar	402.449	121.759
Obrigações de arrendamento mercantil	28.378	29.940
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(28.473)	(39.612)
(=) Dívida Líquida	402.455	112.374
Patrimônio líquido	47.172	43.429
Dívida líquida e patrimônio líquido	449.627	155.803

22.2. Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros do consolidado:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	28.473	39.612	28.473	39.612
Contas a receber	43.345	33.656	43.345	33.656
Outros créditos	8.269	28.645	8.269	28.645
Total	80.087	101.913	80.087	101.913
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	101	287	101	285
Debêntures a pagar	402.449	121.759	395.931	120.736
Fornecedores	3.519	1.935	3.519	1.935
Obrigações por aquisição de participação societária	45.114	8.015	45.534	8.015
Obrigações de arrendamento mercantil	28.378	29.940	28.013	29.782
Total	479.561	161.936	473.098	160.753

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os seguintes métodos e premissas seguintes foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável:

- (i) Os valores de contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivos circulantes se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras.
- (ii) O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures aproxima-se do valor justo, pois seus valores de mercado não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

Hierarquia do valor justo

A Companhia não possuía instrumentos financeiros ativos e passivos contabilizados a valor justo Em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

23. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

a) A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.342	27.119	59.602	27.225
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(19.156)	(9.220)	(20.265)	(9.257)
Adições:				
Despesas não dedutíveis	(2.224)	(10.214)	(3)	(9.382)
Exclusões:				
Outras exclusões	6.557	138	9.159	1.030
Equivalência patrimonial	14.569	4.118	-	-
Outros itens:				
Compensação de prejuízos fiscais	1.038	-	1.038	957
Isenção – PROUNI	4.430	13.756	12.025	15.124
Imposto de renda e contribuição social no resultado no exercício	5.214	(1.422)	1.954	(1.528)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.089)	(1.422)	(2.990)	(1.528)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	6.303	-	4.944	-

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição de Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Controladora

	31/12/2018
Ativo	
Amortização Mais Valia	4.324
Provisão de contingência	2.197
Diferenças Temporárias do lucro Real	1.209
Total Diferidos Ativo	7.730
Passivo	
Diferenças temporárias do lucro real	(143)
Total Diferidos Passivo	(143)
Tributos diferidos, líquidos	7.587

Consolidado

	31/12/2018
Ativo	
Amortização Mais Valia	5.292
IR/CS diferido s/ incorporação reversa Santa Rita	13.896
Provisão de contingência	2.727
Diferenças Temporárias do lucro Real	4.261
Total Diferidos Ativo	26.176
Passivo	
Diferenças Temporárias do lucro Real	(1.425)
Total Diferidos Passivo	(1.425)
Tributos diferidos, líquidos	24.751

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo por ano de realização:

Consolidado

Faixa de Vencimento	Total	%
2019	1.418	5,5%
2020	1.418	5,5%
2021	1.418	5,5%
2022	1.418	5,5%
2023 em diante (i)	20.504	78,0%
	26.176	100,0%

- (i) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização mais valia, de empresas adquiridas ainda não incorporadas.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão demonstrados, conforme segue:

Controladora

<u>Passivo</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Combinação de Negócios</u>	<u>Outros (ii)</u>	<u>31/12/2018</u>
Ganho de capital	-	-	-	-
Diferenças temporárias do lucro real	-	-	(143)	(143)
	-	-	(143)	(143)

Consolidado

<u>Ativo</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Combinação de Negócios</u>	<u>Outros (ii)</u>	<u>31/12/2018</u>
Amortização mais valia	-	4.622	670	5.292
IR/CS diferido s/ incorporação reversa Santa Rita	-	12.006	1.890	13.896
Provisão de contingência	-	36	2.691	2.727
Diferenças temporárias do lucro real	-	1.313	2.948	4.261
	-	17.977	8.199	26.176

<u>Passivo</u>				
Diferenças Temporárias do lucro Real	-	(2)	(1.427)	(1.425)
	-	(2)	(1.427)	(1.425)

24. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta				
Cursos de graduação	390.749	338.448	610.374	445.704
Cursos de pós-graduação	7.109	9.405	12.720	10.888
Cursos técnicos e colégio	11.145	12.007	27.042	26.148
Outras receitas	2.433	1.720	3.790	1.844
	411.436	361.580	653.926	484.584
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	(162.441)	(136.900)	(222.553)	(175.645)
Devoluções de mensalidades e taxas	(5.824)	(7.137)	(8.407)	(9.176)
Tributos	(7.213)	(6.414)	(13.592)	(8.816)
Receita líquida	235.958	211.129	409.374	290.947

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos sociais	(82.400)	(85.084)	(156.670)	(125.565)
Depreciação de imobilizado	(2.518)	(2.424)	(7.570)	(5.243)
Amortização do software	(279)	(320)	(852)	(557)
Amortização do intangível	-	-	(4.753)	(3.261)
Aluguel e condomínio	(8.178)	(8.044)	(16.293)	(10.789)
Energia elétrica, água e telefone	(2.048)	(2.027)	(4.623)	(3.462)
Utilidades, limpeza e segurança	(1.060)	(1.311)	(7.637)	(5.880)
Publicidade e propaganda	(21.595)	(7.507)	(26.155)	(9.257)
Serviços de terceiros	(35.037)	(21.547)	(38.164)	(22.753)
Manutenção e reparos	(1.604)	(1.151)	(2.757)	(1.952)
Materiais de consumo	(2.583)	(2.638)	(5.427)	(4.672)
Provisão para demandas judiciais	(121)	(4.529)	153	(4.634)
Custos com parceria	(4.334)	(3.480)	(4.554)	(3.510)
Custos pedagógicos	(1.017)	(1.079)	(2.845)	(1.182)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(11.081)	(9.213)	(19.409)	(13.479)
Baixa de imobilizado e intangível	-	(25.961)	-	(25.399)
Passagens e diárias	(535)		(643)	
Custos processuais	(167)		(194)	
Indenização Judicial	(5.791)		(4.140)	
Outras	(1.707)	(401)	(3.784)	(501)
	(182.055)	(176.716)	(306.317)	(242.096)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(137.473)	(106.273)	(226.764)	(152.907)
Despesas gerais e administrativas	(31.177)	(30.155)	(47.885)	(40.868)
Depreciação e amortização	(2.797)	(2.744)	(13.175)	(9.061)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(11.081)	(9.213)	(19.409)	(13.479)
Outras despesas operacionais, líquidas	473	(28.331)	916	(25.781)
	(182.055)	(176.716)	(306.317)	(242.096)

26. Resultado financeiro

26.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas sobre aplicações financeiras	1.581	1.205	3.240	1.454
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	43	202	855	489
Outras receitas	6	1	480	7
Total das receitas financeiras	1.630	1.408	4.575	1.950

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro--continuação

26.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controlada (a)	1.372	-	2.549	-
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	2.168	1.675	4.301	1.820
Tarifas bancárias	897	1.479	2.110	2.091
IOF	144	17	155	36
Juros bancários e multas	5.622	1.565	6.733	1.838
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	1.571	472	1.605	687
Encargos financeiros sobre debêntures	28.555	15.454	28.555	15.454
Amortização do custo de captação	224	152	224	152
Ajuste a valor presente	-	-	1.798	1.498
Total despesas financeiras	40.553	20.814	48.030	23.576

b) Refere-se a encargos financeiros aplicados sobre a parcela de contas a pagar por aquisição de participações societárias.

27. Compromissos

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados bens. Esses arrendamentos têm vida média entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação.

	31/12/2018	31/12/2017
Dentro de um ano	10.167	9.453
Após um ano, mas menos de cinco anos	37.524	34.890
Mais de 5 anos	113.906	105.910
	161.597	150.253

27. Seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Importância segurada	
	31/12/2018	31/12/2017
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	120.000	120.000
Perda ou pagamento de aluguel	7.000	7.000
Tumultos, greves, lockout e atos dolosos	-	547
Queda de aeronave, fenômenos naturais, impacto de veículo terrestre e demais aéreo ou espacial	150	1.500
Danos elétricos	170	1.000
Roubo de bens	228	-
Outros	2.120	2.250
	129.668	132.297